

PLANO GERAL DE OUTORGAS

2023

ACÓRDÃO Nº 376-2023-ANTAQ

Dispõe sobre a proposta do plano geral de outorgas de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis situadas em corpos de água de domínio da União; e de prestação de serviços de transportes aquaviário.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, com base no disposto no art. 27, inciso III, da [Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001](#), considerando o que consta do Processo nº 50300.019818/2021-22 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 547ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de julho de 2023,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º Dispor sobre a proposta do plano geral de outorgas de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis situadas em corpos de água de domínio da União; e de prestação de serviços de transportes aquaviário, conforme previsto no art. 27, inciso III, da Lei nº 10.233, de 2001, e no inciso III do art. 3º do Decreto nº 4.122, de 2002.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Resolução, são estabelecidas as seguintes definições:

- I. Plano Geral de Outorgas (PGO): instrumento de planejamento de Estado, aderente às diretrizes do planejamento nacional de transportes, às políticas formuladas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – CPPI, no que se refere a integração de políticas de transportes e pelo Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR), com a finalidade de orientar investidores e consolidar projetos de outorga de exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis; e de prestação de serviços de transportes aquaviário;
- II. Plano de Outorga Específico (POE): instrumento de planejamento elaborado pela ANTAQ, para cada via navegável ou potencialmente navegável, indicando as informações do projeto, o estudo de viabilidade e o modelo a ser adotado para a sua exploração, conforme critérios estabelecidos neste Plano Geral de Outorgas (PGO);
- III. Exploração de vias navegáveis ou potencialmente navegáveis: exploração econômica da via, precedida ou não, da construção, implantação, ampliação, reforma de vias navegáveis ou potencialmente navegáveis, incluindo a operação de serviços e a administração e manutenção da via;
- IV. Via navegável: espaço físico, natural ou não, nas águas dos rios, lagos e lagoas, utilizado para a navegação interior de cargas, de passageiros, ou de passageiros e cargas por empresa de navegação;
- V. Via potencialmente navegável: espaço físico, natural ou não, nas águas dos rios, lagos e lagoas, que possa tornar-se via navegável mediante a implantação de barragens ou outras obras;
- VI. Empresa brasileira de navegação: pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede no País, que tenha por objeto o transporte aquaviário, autorizada a operar pela ANTAQ;
- VII. Navegação de apoio portuário: a realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários, para atendimento a embarcações e instalações portuárias;

- VIII.** Navegação de apoio marítimo: a realizada para o apoio logístico a embarcações e instalações em águas territoriais nacionais e na Zona Econômica, que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos;
- IX.** Navegação de cabotagem: a realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores;
- X.** Navegação interior: a realizada em hidrovias interiores, em percurso nacional ou internacional;
- XI.** Navegação de longo curso: a realizada entre portos brasileiros e estrangeiros;
- XII.** Navegação de travessia: aquela realizada:
 - a) Transversalmente aos cursos dos rios e canais;
 - b) Entre 2 (dois) pontos das margens em lagos, lagoas, baías, angras e enseadas;
 - c) Entre ilhas e margens de rios, de lagos, de lagoas, de baías, de angras e de enseadas, numa extensão inferior a 11 (onze) milhas náuticas;
 - d) Entre 2 (dois) pontos de uma mesma rodovia ou ferrovia interceptada por corpo de água.
- XIII.** Concessão: cessão onerosa da via navegável ou potencialmente navegável, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado; e
- XIV.** Autorização: ato administrativo unilateral da ANTAQ, de caráter precário e discricionário, que autoriza, por prazo indeterminado, a prestação de serviço de transporte aquaviário;
- XV.** Infraestrutura aquaviária: infraestrutura que pode ser subdividida em:
 - a) Infraestrutura portuária: composta pelos canais de acesso, bacias de evolução, obras de abrigo e proteção, dragagem/derrocagem e berços de atracação, dentre outras necessárias ao funcionamento do porto; e
 - b) Infraestrutura hidroviária: composta por obras de retificação do canal de navegação, dragagem, derrocamento, eclusas ou dispositivos de transposição, sinalização, sistemas, dentre outras necessárias ao funcionamento via navegável.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS

Art. 3º Dependerá de concessão a exploração indireta das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis situadas em corpos de água de domínio da União.

Parágrafo Único - A outorga de concessão de que trata o **caput** será sempre precedida de licitação, conforme prescreve o [art. 175 da Constituição Federal](#).

Art. 4º Dependerá de autorização a prestação indireta de serviços de transportes aquaviário.

Parágrafo único - A autorização de que trata o **caput** dependerá de análise e aprovação prévia da ANTAQ.

Art. 5º As concessões e as autorizações de que trata esta Resolução serão outorgados a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 6º A exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis e a prestação de serviços de transportes aquaviário, com o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento do País, deve seguir as seguintes diretrizes:

- I. dotar o País de infraestrutura aquaviária adequada;
- II. criar novas rotas e/ou reduzir custos;
- III. aumentar a oferta dos serviços de transportes;
- IV. garantir a operação racional e segura dos transportes de pessoas e bens;
- V. promover o desenvolvimento social e econômico e a integração nacional; e
- VI. estimular a concorrência, por meio do incentivo à participação do setor privado;
- VII. Harmonizar o transporte aquaviário com os preceitos dos usos múltiplos das águas.

CAPÍTULO IV

DA EXPLORAÇÃO DAS VIAS NAVEGÁVEIS OU POTENCIALMENTE NAVEGÁVEIS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIO

SEÇÃO I

Da Exploração das Vias Navegáveis ou Potencialmente Navegáveis

Art. 7º A licitação para a concessão da exploração indireta das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis situadas em corpos de água de domínio da União será regida pelo disposto na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015 e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 8º O edital definirá os critérios objetivos para o julgamento da licitação e disporá sobre:

- I. o objeto, o prazo e a possibilidade de prorrogação do contrato;
- II. os prazos, os locais, os horários e as formas de recebimento da documentação exigida para a habilitação e das propostas, do julgamento da licitação e da assinatura dos contratos;
- III. os prazos, os locais e os horários em que serão fornecidos aos interessados os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e à apresentação das propostas;
- IV. os critérios e a relação dos documentos exigidos para aferição da capacidade técnica e econômico-financeira, da regularidade jurídica e fiscal dos licitantes e da garantia da proposta e da execução do contrato;
- V. as regras para pedido de esclarecimento, impugnação administrativa e interposição de recursos; e
- VI. a minuta do contrato de concessão e seus anexos.

Art. 9º São essenciais aos contratos de concessão de exploração indireta das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis as cláusulas relativas:

- I. ao objeto e o prazo;
- II. ao modo, à forma e às condições da exploração da via navegável ou potencialmente navegável;
- III. ao valor do contrato e aos critérios e procedimentos de revisão e reajuste;
- IV. aos investimentos de responsabilidade do contratado;
- V. às responsabilidades das partes;
- VI. aos direitos, às garantias e às obrigações do contratante e do contratado;
- VII. à responsabilidade do titular do contrato pela inexecução ou deficiente execução das atividades;
- VIII. às hipóteses de extinção do contrato;
- IX. à obrigatoriedade da prestação de informações de interesse da Antaq e das demais autoridades que atuam no setor aquaviário, inclusive as de interesse específico da defesa nacional, para efeitos de mobilização;
- X. às penalidades e sua forma de aplicação; e
- XI. ao foro.

SUBSEÇÃO I

Do Plano de Outorga Específico (POE)

Art. 10º Com base nos critérios estabelecidos neste Plano Geral de Outorgas, a ANTAQ elaborará os Planos de Outorgas Específicos – POE para cada via navegável ou potencialmente navegável, de acordo como o modelo a ser adotado que conterà, no mínimo, os seguintes elementos:

- I. Estudo de mercado cujo teor conterà, no mínimo, avaliação do tráfego e da competição, avaliação de receitas e análise de cenários.
- II. Estudo preliminar de engenharia cujo teor conterà, no mínimo, inventário das condições existentes, análise de capacidade da via, análise da segurança viária,

modelagem operacional, estimativa de custos de investimento (CAPEX) e de operação (OPEX);

- III. Estudo ambiental preliminar considerando os resultados dos estudos de engenharia e eventuais análises já procedidas por órgão ambiental competente;
- IV. Avaliação econômico-financeira que conterà o fluxo de caixa estimado do empreendimento, como investimentos, receitas, despesas, depreciação, formas de remuneração.

SEÇÃO II

Da prestação de serviços de transportes aquaviário

Art. 11º A prestação de serviços de transportes aquaviário será autorizada pela ANTAQ, no âmbito de suas atribuições, à pessoa jurídica constituída segundo as leis brasileiras, com sede no País, que tenha por objeto operar nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem, longo curso e interior.

§ 1º Havendo demonstrada incompatibilidade operacional de diversos operadores para prestação do serviço, a ANTAQ poderá selecionar, por meio de processo seletivo, as empresas que serão autorizadas para prestar o serviço.

§ 2º Existindo excesso de oferta, abuso de poder de mercado, concentração de mercado, concorrência monopolística ou outro defeito de mercado que prejudique a qualidade do serviço prestado ao usuário, a ANTAQ poderá atuar para normalizar o mercado, autorizando ou desautorizando empresas a realizar a prestação do serviço.

§ 3º A autorização para operar será disciplinada em normativo específico da ANTAQ.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12º A ANTAQ, em atenção ao inciso III do artigo 27 da Lei 10.233/2001 encaminha ao MPOR o Plano Geral de Outorgas (PGO), consubstanciado nos ditames do presente instrumento e no Relatório Técnico anexo.

Parágrafo Único - Após aprovação dos documentos encaminhados ao Ministério de Portos e Aeroportos, a ANTAQ realizará a divulgação no sítio eletrônico da Agência.